

Cardoso reduzirá gasto do Estado

Marcelo Theobald

Convençado de que a desorganização das contas públicas está alimentando o descontrole inflacionário, o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, disse ontem, no Rio, que pretende anunciar, na reunião ministerial de segunda-feira, medidas rígidas para conter os gastos do Estado. Descartando mais uma vez a adoção de choques, ele afirmou que o governo não pretende repetir experiências passadas como congelamento e controle de preços e afastou a hipótese de uma futura dolarização.

“Minha tarefa prioritária será colocar as finanças públicas nos eixos”, disse Cardoso durante sua rápida passagem pelo Rio quando seu único compromisso foi almoçar na casa do presidente das Organizações Globo, o empresário Roberto Marinho. O encontro começou por volta das 12h15 e durou cerca de duas horas. Quanto à possibilidade de um corte de US\$ 20 bilhões no orçamento, ele preferiu não antecipar número afirmando apenas que “os cortes serão duros”. Ele continua esperando proposta do ministro do Planejamento, Alexis Stepanenko. O prazo para reprogramar o orçamento deste ano espira no fim deste mês.

Sufoco — Admitindo que a economia está “vivendo um momento de sufoco”, Cardoso disse que o governo está sendo obrigado a administrar erros do passado que só agora começam vir à tona. Ele



Cardoso: prioridade é recolocar as finanças públicas nos eixos sem se recorrer a medidas heterodoxas

estava se referindo especificamente aos altos juros da dívida interna que começam a serem pagos.

Apesar de admitir que a arrecadação vem aumentando, as despesas do Estado continuam altas, pressionadas, sobretudo, pelo gasto com a folha de pagamento do funcionalismo e os juros elevados, apesar de terem caído, durante este oito meses do governo Itamar Franco, de 30% para 16%. Renegociar as dívidas do Estado é outra prioridade de Cardoso: “Não é interesse do governo sufocar os Esta-

dos, mas precisamos deter a transferência de recursos.”

Cardoso considera interessante a alternativa apresentada pelo ex-ministro Gustavo Krause que propôs, na época, rolar a dívida dos Estados com a União repassando 11% da arrecadação estadual deste ano e 15% em 1994. Mas a proposta não está sendo bem vista por alguns Estados, que alegam terem condições de repassar, neste ano e no próximo, apenas 7%.

Privatização — O ministro deixou claro ainda que não preten-

de alterar o programa de privatização, mas admitiu que algumas mudanças de rumo precisam ser tomadas. Uma, por exemplo, será adotar o modelo da Cosipa — onde o Estado provavelmente continuará detendo 40% do capital — nos próximos leilões. “Adotaremos esta medida não como regra, mas sim como política”, disse o ministro comentando que pode haver exceções. E terminou afirmando que o calendário da privatização pode ser acelerado.